

Eólica Serra das Vacas Holding S.A. e Controladas

Demonstrações Financeiras
Individuais e Consolidadas
Referentes ao Exercício Findo em
31 de Dezembro de 2023 e
Relatório do Auditor Independente

Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes Ltda.

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Aos Acionistas e Administradores da
Eólica Serra das Vacas Holding S.A. e Controladas

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Eólica Serra das Vacas Holding S.A. (“Companhia”) e controladas, identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Eólica Serra das Vacas Holding S.A. e controladas em 31 de dezembro de 2023, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas”. Somos independentes em relação à Companhia e a suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase

Conforme descrito na nota explicativa nº 1 às demonstrações financeiras individuais e consolidadas, chamamos a atenção para o fato de os passivos circulantes individuais e consolidados da Companhia e suas controladas excederem o total dos ativos circulantes individuais e consolidados nos montantes de R\$62.103 mil e R\$283.673 mil, respectivamente (R\$60.083 mil e R\$289.448 mil, respectivamente, em 31 de dezembro de 2022), em decorrência sobretudo da reclassificação dos saldos de “Debêntures” e “Empréstimos e Financiamentos” do não circulante para o circulante, em atendimento ao disposto no item 69 do pronunciamento técnico CPC 26 (R1), em razão de os respectivos contratos de financiamento da Companhia conterem cláusula estabelecendo a faculdade dos credores de poderem declarar o vencimento antecipado dos créditos, decorrente de não atingimento do Índice de Cobertura do Serviço da Dívida (“ICSD”) determinado nos contratos.

A Deloitte refere-se a uma ou mais empresas da Deloitte Touche Tohmatsu Limited (“DTTL”), sua rede global de firmas-membro e suas entidades relacionadas (coletivamente, a “organização Deloitte”). A DTTL (também chamada de “Deloitte Global”) e cada uma de suas firmas-membro e entidades relacionadas são legalmente separadas e independentes, que não podem se obrigar ou se vincular a terceiros. A DTTL, cada firma-membro da DTTL e cada entidade relacionada são responsáveis apenas por seus próprios atos e omissões, e não entre si. A DTTL não fornece serviços para clientes. Por favor, consulte www.deloitte.com/about

A Deloitte fornece serviços de auditoria e asseguração, consultoria tributária, consultoria empresarial, assessoria financeira e consultoria em gestão de riscos para quase 90% das organizações da lista da Fortune Global 500® e milhares de outras empresas. Nossas pessoas proporcionam resultados mensuráveis e duradouros para ajudar a reforçar a confiança pública nos mercados de capitais e permitir aos clientes transformar e prosperar, e lideram o caminho para uma economia mais forte, uma sociedade mais equitativa e um mundo sustentável. Com base nos seus mais de 175 anos de história, a Deloitte abrange mais de 150 países e territórios. Saiba como os cerca de 457 mil profissionais da Deloitte em todo o mundo causam um impacto importante em www.deloitte.com.

A Administração da Companhia está tomando as providências necessárias para a regularização da situação com os credores, conforme descrito nas notas explicativas nº 13 e nº 14 às demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

Principal assunto de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Análise quanto à redução ao valor recuperável (“impairment”) do ativo imobilizado

Conforme descrito nas notas explicativas nº 3.9 e nº 11 às demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a Companhia avalia anualmente a existência ou não de indicativos de riscos de valor recuperável para seu ativo imobilizado. As avaliações compreendem as estimativas relacionadas a fatores internos e externos que podem afetar os ativos e requerem grau significativo de julgamento por parte da Administração. Em 31 de dezembro de 2023, os ativos classificados pela Companhia na rubrica do imobilizado somavam o montante de R\$420.792 mil. Esses ativos são referentes aos parques eólicos e compostos, em sua maioria, pelos aerogeradores alocados na linha de máquinas e equipamentos.

Esse assunto foi considerado como principal assunto de auditoria pois: (i) os montantes envolvidos foram considerados materiais para nossa auditoria; (ii) há julgamento envolvido quanto à estimativa de fluxos de caixa futuros, que contempla projeção de receitas futuras, bem como custos associados à geração de energia; e (iii) há julgamento envolvido na determinação da taxa de desconto a ser aplicada a esses fluxos de caixa futuros.

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros: (i) a avaliação do desenho e da implementação das atividades de controles internos relevantes associadas com a elaboração e revisão da análise do valor recuperável do ativo imobilizado; (ii) a avaliação da razoabilidade do modelo e metodologia utilizados pela Administração na análise do valor recuperável dos ativos; (iii) o envolvimento de nossos especialistas para nos auxiliar na avaliação da taxa de desconto utilizada; e (iv) a avaliação das premissas de negócio utilizadas pela Companhia, entre elas a projeção das receitas e custos de geração de energia, e de sua razoabilidade perante informações macroeconômicas e do segmento de energia.

Com base nos procedimentos de auditoria efetuados, consideramos que os critérios e as premissas adotados pela Administração para sua análise de redução ao valor recuperável do ativo imobilizado, bem como as divulgações em notas explicativas, são aceitáveis no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Responsabilidades da Administração pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.


Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:


- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e de suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e de suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do Grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas. Somos responsáveis pela direção, pela supervisão e pelo desempenho da auditoria do Grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com a Administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com a Administração, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 4 de abril de 2024


DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes Ltda.
CRC nº 2 SP 011609/O-8


Renato Vieira Lima
Contador
CRC nº 1 SP 257330/O-5

EÓLICA SERRA DAS VACAS HOLDING S.A. E CONTROLADAS

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E DE 2022

(Em milhares de reais - R\$)

ATIVOS	Nota explicativa	Controladora		Consolidado		PASSIVOS E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		2023	2022	2023	2022			2023	2022	2023	2022
CIRCULANTES						CIRCULANTES					
Caixa e equivalentes de caixa	4	1	7	686	1.722	Fornecedores		-	6	1.374	408
Títulos e valores mobiliários	5	-	-	4.722	10.349	Arrendamentos	15	-	-	260	218
Contas a receber	6	-	-	11.745	9.028	Empréstimos e financiamentos	14	-	-	212.181	226.297
Dividendos a receber		7.443	9.777	-	-	Debêntures	13	69.666	70.675	69.666	70.675
Impostos e contribuições a recuperar		123	95	929	901	Obrigações tributárias		4	3	1.081	973
Outros ativos		-	2	588	1.307	Outros passivos	16	-	-	17.781	14.184
Total dos ativos circulantes		<u>7.567</u>	<u>9.881</u>	<u>18.670</u>	<u>23.307</u>	Total dos passivos circulantes		<u>69.670</u>	<u>70.684</u>	<u>302.343</u>	<u>312.755</u>
NÃO CIRCULANTES						NÃO CIRCULANTES					
Aplicações financeiras vinculadas	7	6.916	3.685	22.693	19.294	Arrendamentos	15	-	-	7.669	7.745
Caixa Restrito		-	1	-	-	Partes Relacionadas	9.2	1.548	-	689	500
Outros ativos		-	-	284	284	Outros passivos	16	-	-	44.243	24.852
Ações preferenciais resgatáveis em controladas	8	13.829	19.337	-	-	Total dos passivos não circulantes		<u>1.548</u>	<u>-</u>	<u>52.601</u>	<u>33.097</u>
Partes Relacionadas	9.1	10.502	14.400	-	-	PATRIMÔNIO LÍQUIDO					
Investimentos	10	141.161	146.909	-	-	Capital social	18.1	203.495	202.585	203.495	202.585
Imobilizado	11	-	-	420.792	425.170	Prejuízos acumulados		<u>(94.738)</u>	<u>(79.056)</u>	<u>(94.738)</u>	<u>(79.056)</u>
Intangível	12	-	-	1.262	1.326	Total do patrimônio líquido		<u>108.757</u>	<u>123.529</u>	<u>108.757</u>	<u>123.529</u>
Total dos ativos não circulantes		<u>172.408</u>	<u>184.332</u>	<u>445.031</u>	<u>446.074</u>	TOTAL DOS PASSIVOS E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO					
TOTAL DOS ATIVOS		<u>179.975</u>	<u>194.213</u>	<u>463.701</u>	<u>469.381</u>			<u>179.975</u>	<u>194.213</u>	<u>463.701</u>	<u>469.381</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

EÓLICA SERRA DAS VACAS HOLDING S.A. E CONTROLADAS

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO
PARA O EXERCÍCIO FINDO DE 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E DE 2022
(Em milhares de reais - R\$)

	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		2023	2022	2023	2022
RECEITA LÍQUIDA	19	-	-	66.885	60.675
CUSTO DA GERAÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA	20	-	-	(43.688)	(40.572)
LUCRO BRUTO		<u>-</u>	<u>-</u>	<u>23.197</u>	<u>20.103</u>
RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS					
Despesas gerais e administrativas	21	(136)	(226)	(934)	5.718
Equivalência patrimonial	10	(5.748)	458	-	-
LUCRO (PREJUÍZO) OPERACIONAL		<u>(5.884)</u>	<u>232</u>	<u>22.263</u>	<u>25.821</u>
RESULTADO FINANCEIRO					
Receitas financeiras	22	689	368	3.670	3.268
Despesas financeiras	22	(10.487)	(12.532)	(38.167)	(37.764)
		<u>(9.798)</u>	<u>(12.164)</u>	<u>(34.497)</u>	<u>(34.496)</u>
PREJUÍZO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		<u>(15.682)</u>	<u>(11.932)</u>	<u>(12.234)</u>	<u>(8.675)</u>
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL Correntes	23	-	-	(3.448)	(3.257)
PREJUÍZO DO EXERCÍCIO		<u>(15.682)</u>	<u>(11.932)</u>	<u>(15.682)</u>	<u>(11.932)</u>
Média ponderada das ações - em milhares		<u>205.162</u>	<u>197.214</u>		
Prejuízo por ação (em reais - R\$)		<u>(0,0764)</u>	<u>(0,0605)</u>		

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

EÓLICA SERRA DAS VACAS HOLDING S.A. E CONTROLADAS

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE
PARA O EXERCÍCIO FINDO DE 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E DE 2022
(Em milhares de reais - R\$)

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
PREJUÍZO DO EXERCÍCIO	(15.682)	(11.932)	(15.682)	(11.932)
Outros resultados abrangentes	-	-	-	-
RESULTADO ABRANGENTE TOTAL DO EXERCÍCIO	<u>(15.682)</u>	<u>(11.932)</u>	<u>(15.682)</u>	<u>(11.932)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

EÓLICA SERRA DAS VACAS HOLDING S.A. E CONTROLADAS

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO (CONTROLADORA E CONSOLIDADO)
PARA O EXERCÍCIO FINDO DE 31 DE DEZEMBRO DE 2023
(Em milhares de reais - R\$)

	<u>Nota explicativa</u>	<u>Capital social</u>	<u>Prejuízos acumulados</u>	<u>Total consolidado</u>
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021		183.285	(67.124)	116.161
Aumento de Capital	18.1	19.300	-	19.300
Prejuízo do exercício		-	(11.932)	(11.932)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022		<u>202.585</u>	<u>(79.056)</u>	<u>123.529</u>
Aumento de Capital	18.1	910	-	910
Prejuízo do exercício		-	(15.682)	(15.682)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023		<u>203.495</u>	<u>(94.738)</u>	<u>108.757</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

EÓLICA SERRA DAS VACAS HOLDING S.A. E CONTROLADAS

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA
PARA O EXERCÍCIO FINDO DE 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E DE 2022
(Em milhares de reais - R\$)

	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		2023	2022	2023	2022
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS					
Prejuízo do exercício		(15.682)	(11.932)	(15.682)	(11.932)
Ajustes para reconciliar o prejuízo do período com o caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais:					
Depreciações e amortizações	11 e 12	-	-	25.443	23.500
Apropriação de juros sobre arrendamentos	15	-	-	595	586
Encargos financeiros sobre empréstimos, financiamentos e debêntures	13 e 14	9.930	10.902	30.017	31.559
Apropriação de custos sobre empréstimos, financiamentos e debêntures	13 e 14	334	301	451	416
Rendimentos de aplicações financeiras vinculadas e títulos e valores mobiliários	22	(689)	(368)	(3.655)	(3.268)
Resultado de equivalência patrimonial	10	5.748	(458)	-	-
Valor residual de baixa de imobilizado e intangível	11 e 12	-	-	67	150
Ganhos/Perdas de venda do ativo imobilizado		-	-	15	-
Contas a receber	6	-	-	(2.717)	(656)
Impostos e contribuições a recuperar		(28)	(10)	(28)	(15)
Outros ativos		2	-	719	1.470
Fornecedores	12	(6)	6	966	(6.236)
Obrigações tributárias		1	3	3.048	2.824
Outros passivos	16	-	-	11.890	12.873
Juros de empréstimos, financiamentos e debêntures pagos	13 e 14	(6.452)	(6.567)	(24.378)	(25.499)
Pagamento de imposto de renda e contribuição social		-	-	(2.940)	(2.752)
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais		<u>(6.842)</u>	<u>(8.123)</u>	<u>23.811</u>	<u>23.020</u>
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO					
Aplicações financeiras vinculadas e títulos e valores mobiliários	5 e 7	(2.540)	(3.318)	5.884	(7.867)
Dividendos recebidos		2.334	-	-	-
Partes relacionadas		5.446	(9.363)	189	80
Aquisição de bens para o ativo imobilizado	11 e 12	-	-	(9.798)	(14.302)
Resgate de ações preferenciais resgatáveis em controladas	8	5.507	5.661	-	-
Caixa líquido gerado pelas (aplicado) atividades de investimento		<u>10.747</u>	<u>(7.020)</u>	<u>(3.725)</u>	<u>(22.089)</u>
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO					
Aumento de capital	18.1	910	19.300	910	19.300
Arrendamentos pagos	15	-	-	(817)	(783)
Empréstimos financiamentos e debêntures pagos	13 e 14	(4.821)	(4.153)	(21.215)	(19.113)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento		<u>(3.911)</u>	<u>15.147</u>	<u>(21.122)</u>	<u>(596)</u>
AUMENTO (REDUÇÃO) DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		<u>(6)</u>	<u>4</u>	<u>(1.036)</u>	<u>335</u>
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA					
Saldo no início do exercício	4	7	3	1.722	1.387
Saldo no fim do exercício	4	1	7	686	1.722
AUMENTO (REDUÇÃO) DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		<u>(6)</u>	<u>4</u>	<u>(1.036)</u>	<u>335</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

EÓLICA SERRA DAS VACAS HOLDING S.A. E CONTROLADAS

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando mencionado de outra forma)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Companhia denominada Eólica Serra das Vacas Holding S.A., “Sociedade por Ações” de capital fechado, está sediada à Av. Brigadeiro Faria Lima, 1.931, 7º andar, sala 4, Jardim Paulistano, CEP 01452-910, na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo.

A Companhia tem por objeto a participação direta nas seguintes sociedades por ações, denominadas Eólica Serra das Vacas I S.A., Eólica Serra das Vacas II S.A., Eólica Serra das Vacas III S.A. e Eólica Serra das Vacas IV S.A.

A Eólica Serra das Vacas Holding S.A. foi constituída conforme Ata da Assembleia de Constituição da Sociedade por Ações datada em 31 de agosto de 2015.

Em 31 de dezembro de 2023, os passivos circulantes individuais e consolidados da Companhia e suas controladas excederam o total dos ativos circulantes nos montantes de, respectivamente, R\$62.103 e R\$283.673 (R\$60.803 e R\$289.448 em 31 de dezembro de 2022) em decorrência, substancialmente, da reclassificação dos saldos de “Debêntures” e “Empréstimos e Financiamentos” do não circulante para o circulante, conforme evidenciado nas notas explicativas nº 13 e nº 14, respectivamente. A reclassificação desse montante para o Passivo Circulante deveu-se exclusivamente ao atendimento do disposto do item 69 do CPC 26 (R1), em razão dos contratos de financiamento da Companhia conterem cláusula estabelecendo a faculdade dos credores poderem declarar o vencimento antecipado dos créditos, decorrente de não atingimento do Índice de Cobertura do Serviço da dívida (“ICSD”) determinado nos contratos. Conforme prerrogativas previstas nas cláusulas contratuais, caso a Companhia não atinja o ICSD previsto de 1,20, a Companhia deverá depositar na conta de complementação do ICSD os recursos necessários para reestabelecer o cálculo do ICSD de 1,20

Para que o ICSD consolidado apurado em 31 de dezembro de 2023 resulte em 1,20, a Companhia deverá efetuar depósito complementar, de forma que o saldo da conta resulte após esse depósito, em um montante de R\$9.206. Em 31 de dezembro de 2022, para que o ICSD consolidado apurado resultasse em 1,20, houve a necessidade de efetuar um depósito complementar em 30 de março de 2023 para que o saldo da conta resultasse em um montante de R\$6.359.

Adicionalmente, a Companhia, em relação ao saldo de empréstimos, solicitou ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES um waiver para dispensa do atingimento do referido índice, para o exercício 2023. Contudo, até a emissão dessas Demonstrações Financeiras, a referida dispensa não fora formalizada. Para o exercício de 2022, o waiver foi concedido e formalizado.

A Companhia continuará a tomar as medidas ao seu alcance para possibilitar a reclassificação das dívidas novamente para o não circulante, que depende do êxito das medidas descritas nas notas explicativas nº 13 e nº 14.

2. ENTIDADES DO GRUPO

2.1. Sociedades controladas

A Companhia possui participações em sociedades controladas. O objeto social é predominantemente a exploração de serviços no ramo de energia elétrica por fonte eólica.

A relação das sociedades controladas, com suas denominações sociais e as respectivas participações em 31 de dezembro de 2023 e de 2022 estão demonstradas a seguir:

	Potência instalada em kW	Garantia física em kW médio	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Eólica Serra das Vacas I S.A.	23.920	12.200	100%	100%
Eólica Serra das Vacas II S.A.	22.295	10.700	100%	100%
Eólica Serra das Vacas III S.A.	22.235	11.500	100%	100%
Eólica Serra das Vacas IV S.A.	22.295	11.200	100%	100%
Total	<u>90.745</u>	<u>45.600</u>		

As empresas controladas, Eólica Serra das Vacas I S.A., Eólica Serra das Vacas II S.A., Eólica Serra das Vacas III S.A. e Eólica Serra das Vacas IV S.A., tem sede no município de São Paulo, Estado de São Paulo e os parques eólicos instalados no município de Paratama, estado de Pernambuco. Em janeiro de 2016, as controladas iniciaram suas atividades comerciais.

2.2. Contrato de autorização

As controladas, através das portarias do Ministério de Minas e Energia nº 234 de 29 de maio de 2014, nº 240 de 30 de maio de 2014, nº 251 de 4 de junho de 2014 e nº 263 de 6 de junho de 2014, posteriormente atualizadas pelas resoluções autorizativas 5534, 5535, 5536 e 5537, de 27 de outubro de 2015, foram autorizadas a estabelecerem-se como Produtoras Independente de Energia Elétrica, mediante a implantação e exploração da Central Geradora Eólica.

Os contratos de autorização têm vigência de 35 anos, contados a partir da publicação das portarias anteriormente referidas. Adicionalmente, não há cláusulas de renovação automática ou pagamento de qualquer indenização por parte do Poder Concedente ao término das Autorizações, em razão de seus ativos serem próprios.

2.3. Comercialização de energia

As controladas, participaram do 17º Leilão de Energia Proveniente de Novos Empreendimentos de Geração, promovido pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, e realizado em 18 de novembro de 2013, conforme o Edital de Leilão nº 09/2013-ANEEL. Em 28 de novembro de 2014, as controladas assinaram os Contratos de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado - CCEARs, na modalidade disponibilidade de energia elétrica, com as respectivas distribuidoras de energia. Toda sua produção de energia elétrica passível de ser contratada será comercializada por um prazo de 20 (vinte) anos, com início do exercício de suprimento a partir de 1º de janeiro de 2016.

2.4. Riscos das operações

a) Risco da escassez de vento

Esse risco decorre da possibilidade da falta de vento ocasionada por fatores naturais, o qual é minimizado em função das “jazidas de vento” da região estar entre as melhores do nordeste brasileiro, pois, além de contar com alta velocidade, os ventos são considerados bens estáveis, diferentes de certas regiões da Ásia e dos Estados Unidos, sujeitas a ciclones, tufões e outras turbulências.

3. RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS MATERIAIS

3.1. Apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem a legislação societária brasileira e os pronunciamentos, as orientações e as interpretações técnicas emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC.

A Administração declara que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem as utilizadas pela Administração na sua gestão.

a) Base de elaboração

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos, conforme descrito nas práticas contábeis a seguir. O custo histórico é geralmente baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos.

Para fins de preparação de relatórios financeiros, as mensurações do valor justo são classificadas nas categorias Níveis 1, 2 ou 3, descritas a seguir, com base no grau em que as informações para as mensurações do valor justo são observáveis e na importância das informações para a mensuração do valor justo em sua totalidade:

- Informações de Nível 1 são preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos aos quais a entidade pode ter acesso na data de mensuração.
- Informações de Nível 2 são informações, que não os preços cotados incluídos no Nível 1, observáveis para o ativo ou passivo, direta ou indiretamente.
- Informações de Nível 3 são informações não observáveis para o ativo ou passivo.

A elaboração das demonstrações financeiras em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a Administração da Companhia e suas controladas façam julgamentos e adote premissas e estimativas que afetam a aplicação das políticas e os montantes divulgados de ativos e passivos, receitas e despesas. Essas estimativas e premissas baseiam-se na experiência e em diversos outros fatores que se supõem serem razoáveis devido às circunstâncias. As contas que usualmente requerem estimativa são: (a) vida útil estimada do imobilizado e intangível, (b) provisão para recuperação dos ativos, (c) provisão para desmobilização. Os resultados efetivos podem diferir dessas estimativas. A Companhia e suas controladas revisam as estimativas e premissas pelo menos anualmente.

b) Moeda de apresentação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras estão apresentadas em moeda nacional (real - R\$), que é a moeda funcional da Companhia e de suas controladas.

c) Base de consolidação

As políticas contábeis e as demonstrações financeiras de controladas são incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas a partir da data em que o controle se inicia, até a data em que o controle deixa de existir. As políticas contábeis das controladas estão alinhadas com as políticas adotadas pela Companhia.

Os investimentos em controladas são contabilizados na controladora por meio do método de equivalência patrimonial. Tais investimentos são reconhecidos inicialmente pelo custo, que inclui os gastos com a transação. Após o reconhecimento inicial, as demonstrações financeiras consolidadas incluem a participação da Companhia no lucro ou prejuízo do exercício e outros resultados abrangentes da investida até a data em que a influência significativa ou controle deixa de existir. Os principais procedimentos de consolidação são:

- Eliminação de investimentos em controladas, resultados de equivalência patrimonial, provisão para perdas em operações de controladas, dividendos a receber e a distribuir e créditos e débitos relativos a transações entre as sociedades consolidadas.
- Eliminação dos saldos de receitas e despesas decorrentes de negócios entre as sociedades consolidadas, quando aplicável.
- Eliminação dos lucros não realizados, quando aplicável.

3.2. Caixa e equivalentes de caixa

Compreendem os saldos de caixa, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras. As aplicações financeiras estão demonstradas ao custo, acrescido dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços, com vencimentos inferiores a 90 dias ou sem prazos fixados para resgate, com liquidez imediata, cujos valores não superam os valores de mercado, e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor. Os saldos de caixa e equivalentes de caixa são classificados como ativos financeiros mensurado pelo valor justo por meio do resultado, e seus rendimentos são registrados no resultado do exercício.

3.3. Instrumentos financeiros - ativos

a) Classificação

Os ativos financeiros estão classificados nas seguintes categorias específicas: (i) custo amortizado; (ii) ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes; e (iii) ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado. A classificação depende do modelo de negócios da Companhia para a gestão dos ativos financeiros.

(i) Custo amortizado

O ativo financeiro deve ser mensurado ao custo amortizado se ambas as seguintes condições forem atendidas:

- O ativo financeiro for mantido dentro de modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros com o fim de receber fluxos de caixa contratuais.

- Os termos contratuais do ativo financeiro derem origem, em datas especificadas, a fluxos de caixa que constituam exclusivamente pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto.

(ii) Valor justo por meio de outros resultados abrangentes

O ativo financeiro deve ser mensurado ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes se ambas as seguintes condições forem atendidas:

- O ativo financeiro for mantido dentro de modelo de negócios cujo objetivo seja atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros.
- Os termos contratuais do ativo financeiro derem origem, em datas especificadas, a fluxos de caixa que constituam exclusivamente pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto.

(iii) Valor justo por meio do resultado

O ativo financeiro deve ser mensurado ao valor justo por meio do resultado, a menos que seja mensurado ao custo amortizado ou ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes. Entretanto, a entidade pode efetuar uma escolha irrevogável no reconhecimento inicial para investimentos específicos em instrumento patrimonial, que de outro modo seriam mensurados ao valor justo por meio do resultado, de apresentar alterações subsequentes no valor justo em outros resultados abrangentes.

b) “Impairment” de ativos financeiros

A Companhia e suas controladas mensuram a provisão para perda em um montante igual a perda de crédito esperada para a vida inteira. Ao determinar se o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial e ao estimar as perdas de crédito esperadas, a Companhia considera informações razoáveis e suportáveis que são relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo. Isso inclui informações e análises quantitativas e qualitativas, com base na experiência histórica da Companhia, na avaliação de crédito e considerando informações prospectivas.

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022, não foram constituídas provisões para riscos de créditos.

3.4. Instrumentos financeiros - Passivos

Os passivos financeiros são classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao valor justo por meio do resultado. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso for classificado como mantido para negociação, for um derivativo ou for designado como tal no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao valor justo contra o resultado são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado.

Os principais passivos financeiros da Companhia e suas controladas são representados por empréstimos e financiamentos, debêntures, fornecedores, os quais são classificados na categoria de outros passivos financeiros.

A Companhia e suas controladas desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. A Companhia e suas controladas também desreconhecem um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo. No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado.

3.5. Contas a receber

As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber no decurso normal das atividades da Companhia e suas controladas. Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante. Os valores relativos ao suprimento de energia elétrica faturada, acrescidos ou deduzidos dos ajustes contratuais relativos às diferenças entre a quantidade de energia faturada e a quantidade de energia gerada previstas nos contratos de energia nova são registradas como receita de comercialização de energia, as quais são realizadas na CCEE no âmbito do mercado regulado.

As contas a receber de clientes são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa de juros efetiva menos a provisão para perda esperadas. Na prática, dado o prazo de cobrança, são normalmente reconhecidas ao valor faturado, ajustado pela provisão para redução ao valor recuperável, se necessária.

3.6. Estimativa para provisão para perdas esperadas

Constituída com base na estimativa das possíveis perdas que possam incorrer na cobrança destes créditos.

A estimativa para provisão para perdas esperadas é estabelecida quando existe uma evidência objetiva de que a Companhia e suas Controladas não serão capazes de cobrar todos os valores devidos de acordo com os prazos originais das contas a receber.

3.7. Imobilizado

Os itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas para redução ao valor recuperável, quando aplicável.

O custo dos ativos construídos pela própria Companhia e controladas inclui o custo de materiais e mão de obra direta, quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e condição necessária para que esses sejam capazes de operar da forma pretendida pela Administração, os custos de desmontagem e de restauração do local onde estes ativos estão localizados, quando estabelecido nos contratos de arrendamentos, e custos e juros de financiamentos obtidos de terceiros capitalizados durante a fase de construção deduzidos das receitas financeiras dos recursos de terceiros não utilizados, quando aplicável.

A depreciação dos ativos, é calculada usando método linear considerando a vida útil estimada, de acordo com as taxas de depreciação definidas pela ANEEL (regulador) ou prazo de autorização, dos dois o menor. A Administração entende que essas taxas representam a vida útil econômica estimada dos ativos das controladas.

O valor contábil de um ativo é imediatamente baixado ao seu valor recuperável quando o valor contábil do ativo é maior do que seu valor recuperável estimado.

a) Provisão para desmobilização

A Companhia possui a obrigação de retirada de ativos decorrentes de exigências contratuais relacionadas aos arrendamentos dos terrenos onde o empreendimento eólico está localizado. A provisão representa a melhor estimativa de desembolso futuro, por se tratar de obrigações de longo prazo, sendo mensurada ao seu valor justo devendo ser revisada periodicamente. Os custos de desmobilização do ativo são capitalizados como parte do valor contábil do ativo relacionado e serão depreciados pelo prazo de autorização do parque eólico.

3.8. Intangível

Os ativos intangíveis com vida útil indefinida (servidões) são amortizados, pelo prazo de autorização do parque eólico.

Os softwares referem-se ao custo das licenças do sistema de gestão empresarial e que vem sendo amortizado linearmente em cinco anos.

Um ativo intangível é baixado na alienação ou quando não há benefícios econômicos futuros a ele vinculados. Os ganhos ou as perdas resultantes da baixa de um ativo intangível, representados pela diferença entre as receitas líquidas da alienação e seu valor líquido contábil, são reconhecidos no resultado quando o ativo é baixado.

3.9. Provisões para perdas por recuperação em ativos não financeiros

No fim de cada exercício, a Companhia e suas controladas revisam, o valor contábil de seus ativos tangíveis e intangíveis para determinar se há alguma indicação de que tais ativos sofreram alguma perda por redução ao valor recuperável. Se houver tal indicação, o montante recuperável do ativo é estimado com a finalidade de mensurar o montante dessa perda, se houver. Quando não for possível estimar o montante recuperável de um ativo individualmente, a Companhia e suas controladas calculam o montante recuperável da unidade geradora de caixa à qual pertence o ativo. Quando uma base de alocação razoável e consistente pode ser identificada, os ativos corporativos também são alocados às unidades geradoras de caixa individuais ou ao menor grupo de unidades geradoras de caixa para o qual uma base de alocação razoável e consistente possa ser identificada.

3.10. Passivo circulante e não circulante

Os passivos circulantes e não circulantes são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias e/ou cambiais incorridas até a data do balanço patrimonial. Quando aplicável os passivos circulantes e não circulantes são registrados em valor presente, transação a transação, com base em taxas de juros que refletem o prazo, a moeda e o risco de cada transação. A contrapartida dos ajustes a valor presente é contabilizada contra as contas de resultado que deram origem ao referido passivo.

3.11. Debêntures, empréstimos e financiamentos

As debêntures e os empréstimos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor de liquidação é reconhecida na demonstração do resultado durante o exercício em que os mesmos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros.

Os custos pagos na assinatura dos contratos das debêntures e empréstimos e financiamentos são reconhecidos como custos da transação, uma vez que seja provável que uma parte ou o total seja sacado. Nesse caso, a taxa é diferida até que o saque ocorra. Quando não houver evidências da probabilidade de saque de parte ou da totalidade, a taxa é capitalizada como um pagamento antecipado de serviços de liquidez e amortizada durante o exercício ao qual se relaciona.

As debêntures e os empréstimos e financiamentos são classificadas como passivo circulante, a menos que a Companhia tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço.

3.12. Reconhecimento de receita

a) Receita de comercialização de energia

A receita operacional do curso normal das atividades das controladas é medida pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber. A receita operacional é reconhecida quando existe evidência convincente de que os riscos e benefícios mais significativos foram transferidos para o comprador, de que for provável que os benefícios econômico-financeiros fluirão para a entidade, de que os custos associados possam ser estimados de maneira confiável, e de que o valor da receita operacional possa ser mensurado de maneira confiável.

A receita proveniente da venda da geração de energia é registrada com base na energia assegurada e com tarifas especificadas nos termos dos contratos de fornecimento ou no preço de mercado em vigor, conforme o caso, e/ou registradas com base em contratos bilaterais firmados com agentes de mercado e devidamente registrados na CCEE - Câmara de Comercialização de Energia Elétrica.

A receita obtida com a venda de energia elétrica é reconhecida no resultado quando do seu fornecimento, medição ou condição contratual. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa de sua realização. As receitas financeiras abrangem basicamente as receitas de juros sobre aplicações financeiras, sendo reconhecida no resultado através do método dos juros efetivos.

3.13. Resultado por ação

O resultado básico e diluído por ação é calculado por meio do resultado do exercício atribuível aos acionistas da Companhia e da média ponderada das ações em circulação no respectivo exercício, nos termos do pronunciamento técnico CPC 41- Resultado por Ação.

A Companhia não possui instrumentos financeiros que possam vir a ser conversíveis em ações e que possam representar diluição do lucro por ação. Consequentemente, o prejuízo básico por ação não difere do prejuízo diluído por ação.

3.14. Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social correntes e diferidos são reconhecidos como despesa ou receita no resultado do exercício, exceto quando estão relacionados a itens registrados diretamente em outros resultados abrangentes ou patrimônio líquido, caso em que também são reconhecidos diretamente em outros resultados abrangentes ou no patrimônio líquido, ou quando eles são originados na contabilização inicial de uma combinação de negócios.

Imposto de renda e contribuição social correntes

A provisão para imposto de renda e contribuição social está baseada no lucro tributável do exercício. O lucro tributável difere do lucro apresentado na demonstração do resultado porque exclui receitas ou despesas tributáveis ou dedutíveis em outros exercícios, além de excluir itens não tributáveis ou não dedutíveis de forma permanente.

Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são reconhecidos sobre as diferenças temporárias no fim de cada exercício de relatório entre os saldos de ativos e passivos reconhecidos nas demonstrações financeiras e as bases fiscais correspondentes usadas na apuração do lucro tributável, incluindo saldo de prejuízos fiscais, quando aplicável.

A recuperação do saldo dos impostos diferidos ativos é revisada no fim de cada exercício, e quando não for mais provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis para permitir a recuperação de todo o ativo, ou parte dele, o saldo do ativo é ajustado pelo montante que se espera que seja recuperado.

A mensuração dos impostos diferidos ativos reflete as consequências fiscais que resultariam da forma na qual a Companhia espera, no fim de cada exercício de relatório, recuperar ou liquidar o valor contábil desses ativos.

Regime de tributação do imposto de renda e contribuição social nas controladas

Conforme facultado pela legislação tributária, as controladas optaram pelo regime de tributação com base no lucro presumido para o imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente. Neste regime, a base de cálculo do imposto de renda é calculada à razão de 8% sobre as receitas brutas provenientes da geração de energia e de 100% das receitas financeiras, sobre as quais se aplicam as alíquotas regulares de 15%, acrescida do adicional de 10%, para o imposto de renda. A base de cálculo da contribuição social é calculada à razão de 12% sobre as receitas brutas provenientes da geração de energia e de 100% das receitas financeiras, sobre as quais se aplicam a alíquota regular de 9%.

3.15. Adoção inicial de normas e interpretações novas e revisadas

a) Revisadas e vigentes:

<u>Norma</u>	<u>Alteração</u>	<u>Vigência</u>
CPC 50 (IFRS 17) Contratos de Seguro (incluindo alterações publicadas em junho de 2020 e dezembro de 2021)	A norma descreve o modelo geral, modificado para contratos de seguro com características de participação direta, descrito como abordagem de taxa variável. O modelo geral é simplificado se determinados critérios forem atendidos, mensurando o passivo para cobertura remanescente usando a abordagem da alocação de prêmios. O modelo geral usa premissas atuais para estimativa do valor, do prazo e da incerteza de fluxos de caixa futuros e mensura explicitamente o custo dessa incerteza. Ele leva em consideração as taxas de juros do mercado e o impacto das opções e garantias dos titulares de apólices. O grupo não possui quaisquer contratos que atendam à definição de contrato de seguro de acordo com o CPC 50 (IFRS 17).	01/01/2023
CPC 26 (R1) - Apresentação das Demonstrações Contábeis e Declaração da Prática 2 da IFRS	Divulgação de Políticas Contábeis	01/01/2023
CPC 32 - Tributos sobre o Lucro	Imposto Diferido Relacionado a Ativos e Passivos Resultantes de uma Única Transação Reforma Tributária Internacional - Regra do Modelo do Pilar Dois	01/01/2023
CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro	Definição de Estimativas Contábeis	01/01/2023

A Administração da Companhia e suas controladas avaliaram os pronunciamentos acima e não foram identificados impactos relevantes nas demonstrações financeiras.

b) Revisadas e não vigentes

<u>Norma</u>	<u>Alteração</u>	<u>Vigência</u>
CPC 36 (R3) – Demonstrações Consolidadas	Venda ou Contribuição de Ativos entre um Investidor e sua Coligada ou Joint Venture	Não definida
CPC 18 (R2) – Investimento em Coligada, em Controlada e em Empreendimento Controlado em Conjunto		
CPC 26 (R1) - Apresentação das Demonstrações Contábeis	Classificação de Passivos como Circulante ou Não Circulante	01.01.2024
CPC 26 (R1) - Apresentação das Demonstrações Contábeis	Passivo Não Circulante com Covenants	01.01.2024
CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa	Acordos de Financiamento de Fornecedores	01.01.2024
CPC 06 – Operações de arrendamento mercantil	Passivo de arrendamento em uma transação de “Sale and Leaseback”	01.01.2024

A Administração da Companhia pretende adotar essas normas e interpretações novas e alteradas, se cabível, quando entrarem em vigor.

4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>2023</u>	<u>2022</u>	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Caixa	-	-	5	5
Depósitos bancários	-	-	4	1.685
Aplicações financeiras (*)	1	7	677	32
Total	1	7	686	1.722

(*) Refere-se a aplicações financeiras realizadas com o Banco Itaú, com rendimentos de 75% do Certificado de Depósito Interbancário (75% em 31 de dezembro de 2022), com liquidez imediata e que estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor.

5. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Fundo Itaú Soberano RF Simples LP FICFI (*)	-	-	4.722	10.349

(*) Referem-se a aplicações no Fundo Itaú Soberano RF Simples LP FICFI cuja carteira é composta de aproximadamente 95% de suas operações atreladas ao CDI. Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023, os rendimentos médios foram de 99,34% do CDI (99,81% do CDI para o exercício findo em 31 de dezembro 2022).

6. CONTAS A RECEBER

	Consolidado	
	2023	2022
Fornecimento de energia elétrica CCEAR (a)	11.745	9.028

(a) Saldo de recebíveis de clientes pelo fornecimento de energia elétrica em contratos firmados no CCEAR.

7. APLICAÇÕES FINANCEIRAS VINCULADAS

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Fundo Itaú Soberano RF Simples LP FICFI (*)	6.916	3.685	22.693	19.294

(*) Referem-se a aplicações no Fundo Itaú Soberano RF Simples LP FICFI cuja carteira é composta de aproximadamente 95% de suas operações atreladas ao CDI. Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023, os rendimentos médios foram de 99,34% do CDI (99,81% do CDI para o exercício findo em 31 de dezembro 2022).

As aplicações financeiras vinculadas tratam-se de conta reserva exigida pelo BNDES e pela Escritura das Debêntures, conforme notas explicativas nº 13 e nº 14, como garantia pela disponibilização dos recursos. O saldo é aferido mensalmente, conforme condições estipuladas no contrato de financiamento e escritura de debêntures.

8. AÇÕES PREFERENCIAIS RESGATÁVEIS EM CONTROLADAS

	Controladora	
	2023	2022
Ações preferenciais resgatáveis em controladas	13.829	19.337

a) Ações preferenciais resgatáveis em controladas

Em 29 de agosto de 2017, o Conselho de Administração das empresas controladas Eólica Serra das Vacas I S.A., Eólica Serra das Vacas II S.A., Eólica Serra das Vacas III S.A., e Eólica Serra das Vacas IV S.A. aprovaram, por meio de Assembleia Geral Extraordinária (AGE), a emissão de ações preferenciais resgatáveis, todas nominativas, sem valor nominal, sem direito a voto, com prioridade no recebimento de dividendos fixos, totalizando o valor de R\$63.270.

A data de resgate é até 29 de agosto de 2029 e a quantidade de ações preferenciais resgatáveis emitidas totaliza 17.800.334. O valor de emissão por ação e o valor do resgate por ação, está demonstrado a seguir:

	Valor de emissão por ação	Valor capitalizado por ação	Valor de reserva de capital por ação
Eólica Serra das Vacas I S.A.	1,5046	0,2065	1,2980
Eólica Serra das Vacas II S.A.	1,6147	0,3804	1,2343
Eólica Serra das Vacas III S.A.	1,6956	0,3948	1,3008
Eólica Serra das Vacas IV S.A.	1,5758	0,2619	1,3139

Para efeitos societários, o valor total da emissão foi alocado parte como capital social integralizado, no montante de R\$11.559, e parte como reserva de capital no montante de R\$2.270. Para efeitos de registro contábil de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (CPC), essa transação foi considerada como um instrumento financeiro (passivo). Portanto, o valor total de emissão deduzido dos resgates realizados até 31 de dezembro de 2023, no montante de R\$13.829, foi registrado como passivo circulante nas empresas controladas, em contrapartida a uma conta no ativo não circulante, na controladora.

	Movimentação 2023				31/12/2023
	Ações Preferenciais Resgatáveis	Reserva de Capital			
		31/12/2022	Movimentação		
		Resgate	Saldo		
Eólica Serra das Vacas I S.A.	2.958	5.286	(3.016)	2.270	5.228
Eólica Serra das Vacas II S.A.	2.867	-	-	-	2.867
Eólica Serra das Vacas III S.A.	2.867	-	-	-	2.867
Eólica Serra das Vacas IV S.A.	2.867	2.491	(2.491)	-	2.867
Total	11.559	7.777	(5.507)	2.270	13.829
	Movimentação 2022				31/12/2022
	Ações Preferenciais Resgatáveis	Reserva de capital			
		31/12/2021	Movimentação		
		Resgate	Saldo		
Eólica Serra das Vacas I S.A.	2.958	8.126	(2.840)	5.286	8.244
Eólica Serra das Vacas II S.A.	2.867	216	(216)	-	2.867
Eólica Serra das Vacas III S.A.	2.867	-	-	-	2.867
Eólica Serra das Vacas IV S.A.	2.867	5.098	(2.605)	2.491	5.359
Total	11.559	13.439	(5.661)	7.777	19.337

9. PARTES RELACIONADAS

9.1. Ativos a receber

	Controladora	
	2023	2022
Eólica Serra das Vacas I S.A.	4.864	3.686
Eólica Serra das Vacas II S.A.	-	2.002
Eólica Serra das Vacas III S.A.	-	1.016
Eólica Serra das Vacas IV S.A.	5.638	7.696
Total	<u>10.502</u>	<u>14.400</u>

Refere-se à captação de mútuo com suas controladas, sobre o qual não incide juros e o prazo de vencimento é indeterminado

9.2. Passivos a pagar

	Controladora	
	2023	2022
Eólica Serra das Vacas III S.A. (a)	1.548	-
Total	<u>1.548</u>	<u>-</u>

	Consolidado	
	2023	2022
Eólica Serra das Vacas VII S.A. (b)	689	500

a) Refere-se à mútuo com suas controladas, sobre o qual não incide juros e o prazo de vencimento é indeterminado.

b) Refere-se a compartilhamento de infraestrutura com a Eólica Serra das Vacas VII S.A.

9.3. Remuneração da Administração

No ano de 2023 a remuneração dos Administradores foi de R\$136 (R\$170 no ano de 2022), paga através de rateio entre as controladas de todo o grupo, conforme mencionado no item 9.2 (b). Não houve concessão de benefícios de longo prazo pós-emprego, plano de aposentadoria ou remuneração baseada em ações.

10. INVESTIMENTOS

a) Movimentação do saldo dos investimentos

Controlada	Saldo em 31/12/2022	2023	
		Equivalência patrimonial	Saldo em 31/12/2023
Eólica Serra das Vacas I S.A.	36.918	(2.939)	33.979
Eólica Serra das Vacas II S.A.	34.036	254	34.290
Eólica Serra das Vacas III S.A.	35.186	(2.669)	32.517
Eólica Serra das Vacas IV S.A.	40.769	(394)	40.375
Total	<u>146.909</u>	<u>(5.748)</u>	<u>141.161</u>

Controlada	2022		
	Saldo em 31/12/2021	Equivalência patrimonial	Saldo em 31/12/2021
Eólica Serra das Vacas I S.A.	37.063	(145)	36.918
Eólica Serra das Vacas II S.A.	34.121	(85)	34.036
Eólica Serra das Vacas III S.A.	36.457	(1.271)	35.186
Eólica Serra das Vacas IV S.A.	38.810	1.959	40.769
Total	146.451	458	146.909

b) As informações financeiras das controladas estão apresentadas a seguir:

Empreendimentos	2023			
	Ativo	Passivo	Patrimônio líquido	Lucro (Prejuízo) do exercício
Eólica Serra das Vacas I S.A.	125.452	(91.471)	(33.981)	(2.938)
Eólica Serra das Vacas II S.A.	106.401	(72.111)	(34.290)	253
Eólica Serra das Vacas III S.A.	109.906	(77.389)	(32.517)	(2.669)
Eólica Serra das Vacas IV S.A.	116.451	(76.075)	(40.376)	(394)
Total	458.210	(317.046)	(141.164)	(5.748)

Empreendimentos	2022			
	Ativo	Passivo	Patrimônio líquido	Lucro (Prejuízo) do exercício
Eólica Serra das Vacas I S.A.	125.815	(88.897)	(37.064)	(146)
Eólica Serra das Vacas II S.A.	108.509	(74.472)	(34.121)	(84)
Eólica Serra das Vacas III S.A.	111.141	(75.955)	(36.457)	(1.271)
Eólica Serra das Vacas IV S.A.	120.128	(79.359)	(38.810)	1.959
Total	465.593	(318.683)	(146.452)	458

11. IMOBILIZADO

a) Imobilizado em curso

	Consolidado		
	Terreno	Material depósito	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2021	155	30.140	30.295
Transferência	-	(28.927)	(28.927)
Aquisições	-	14.302	14.302
Baixas	(150)	-	150
Saldo em 31 de dezembro de 2022	5	15.515	15.520
Aquisições	-	9.665	9.665
Saldo em 31 de dezembro de 2023	5	25.180	25.185

b) Imobilizado em serviço

	Consolidado							Total	
	Terreno	Edificações, obras civis e benfeitorias	Máquinas e equipamentos	Veículo	Móveis e utensílios	Direito de Uso	Provisão para desmobilização (*)		
Saldo em 31 de dezembro de 2021	1.887	67.000	326.073	136	139	7.060	1.256	403.551	
Transferências	-	-	28.927	-	-	-	-	28.927	
Arrendamentos	-	-	-	-	-	608	-	608	
Depreciações	-	(2.825)	(20.147)	(28)	(11)	(375)	(50)	(23.436)	
Saldo em 31 de dezembro de 2022	1.887	64.175	334.853	108	128	7.293	1.206	409.650	
Desmobilização	-	-	-	-	-	-	11.098	11.098	
Aquisições	-	-	17	116	-	-	-	133	
Arrendamentos	-	-	-	-	-	172	-	172	
Baixas	-	-	-	(67)	-	-	-	(67)	
Depreciações	-	(2.824)	(21.678)	(20)	(11)	(395)	(451)	(25.379)	
Saldo em 31 de dezembro de 2023	1.887	61.351	313.192	137	117	7.070	11.853	395.607	
Segregado em:									
Custo	1.887	83.924	474.577	287	193	8.736	12.615	582.219	
Depreciação acumulada	-	(22.573)	(161.385)	(150)	(76)	(1.666)	(762)	(186.612)	
Total	1.887	61.351	313.192	137	117	7.070	11.853	395.607	
Total geral - líquido em 31 de dezembro de 2023									420.792
Total geral - líquido em 31 de dezembro de 2022									425.170

(*) A provisão para desmobilização de ativos refere-se aos custos a serem incorridos, assim como a obrigação que a entidade deverá liquidar, no futuro, para retirada de seus ativos de longo prazo relacionados aos parques eólicos. A provisão reconhecida pela Companhia reflete a melhor estimativa da Administração, devendo ser revisada periodicamente.

Em 31 de dezembro de 2023 e de 2022, a Companhia não identificou eventos que pudessem gerar a necessidade de registro de provisão para redução ao valor recuperável dos ativos tangíveis.

12. INTANGÍVEL

	Consolidado		
	Servidões	Software	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2021	1.292	98	1.390
Amortização	(49)	(15)	(64)
Saldos em 31 de dezembro de 2022	1.243	83	1.326
Amortização	(47)	(17)	(64)
Saldos em 31 de dezembro de 2023	1.196	66	1.262
Segregado em:			
Custo	1.573	190	1.763
Amortização acumulada	(377)	(124)	(501)
Total	1.196	66	1.262

13. DEBÊNTURES

O Conselho de Administração da Eólica Serra das Vacas Holding S.A. aprovou, em 9 de setembro de 2016, a primeira emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real, com garantia adicional fidejussória, em duas séries. Para a 1ª série foram emitidas 23.000 (vinte e três mil) e na 2ª série 45.000 (quarenta e cinco mil), totalizando 68.000 (sessenta e oito mil) debêntures, com valor nominal unitário de R\$1.000 (um mil reais), totalizando, na data de emissão, o valor total da Emissão de R\$68.000 (sessenta e oito milhões de reais).

A 1ª série será amortizada em 24 (vinte e quatro) parcelas semestrais e consecutivas, sendo a primeira amortização em 15 de dezembro de 2016 e juros de 8,37% ao ano + Índice de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA. Os montantes foram liberados à Companhia ao longo de dezembro de 2016.

A 2ª série será amortizada em 25 (vinte e cinco) parcelas semestrais e consecutivas, sendo a 1ª parcela devida em 15 de julho de 2018 e juros de 8,5818% ao ano + IPCA. Os montantes foram liberados à Companhia ao longo de dezembro de 2016.

Os recursos líquidos captados em 14 de dezembro de 2016 foram destinados a investimentos nas controladas: Eólica Serra das Vacas I S.A., Eólica Serra das Vacas II S.A., Eólica Serra das Vacas III S.A., Eólica Serra das Vacas IV S.A.

A Escritura das Debêntures prevê cláusula de vencimento antecipado referente ao não atingimento pela Companhia de Índice de Cobertura do Serviço da dívida ("ICSD") de 1,20, calculados sobre as demonstrações financeiras consolidadas do Grupo.

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, a Companhia não atingiu o índice acima determinado, sendo que o índice apurado foi 1,00 em 2023 e 1,06 em 2022. Desta forma, a Companhia efetuou a transferência de todo o saldo da dívida do longo para curto prazo.

Conforme previsto na escritura de debêntures, caso o ICSD consolidado da Companhia não atinja 1,20 ao final do exercício, deverá ser efetuado um depósito na conta de complementação do ICSD no montante necessário para que o saldo da referida conta, após o depósito, resulte em um cálculo do ICSD de 1,20.

Para que o ICSD consolidado apurado em 31 de dezembro de 2023 resulte em 1,20, a Companhia deverá efetuar depósito complementar, de forma que o saldo da conta resulte após esse depósito, em um montante de R\$9.206. Em 31 de dezembro de 2022, para que o ICSD consolidado apurado resultasse em 1,20, houve a necessidade de efetuar um depósito complementar em 30 de março de 2023 para que o saldo da conta resultasse em um montante de R\$6.359.

Adicionalmente, a Companhia buscará obter a aprovação formal dos debenturistas para a aprovação do uso do mecanismo acima descrito, mesmo considerando que o ICSD não tenha atingido o nível mínimo de 1,10, previsto na Escritura das Debêntures.

A Companhia deverá manter os recursos depositados na conta de complementação do ICSD até a próxima apuração do índice, a ser realizada no ano imediatamente subsequente. Deste modo, caso no ano imediatamente subsequente, a Companhia apure o ICSD de 1,20, sem considerar os recursos mantidos na conta de complementação do ICSD, o saldo será liberado para movimentação.

	Controladora e Consolidado	
	2023	2022
Principal e juros incorridos	74.747	76.089
(-) Custo de transação a amortizar	(5.081)	(5.415)
Total	<u>69.666</u>	<u>70.675</u>
Segregado entre:		
Circulante	69.666	70.675
Não circulante	-	-
Total	<u>69.666</u>	<u>70.675</u>

A movimentação do exercício é conforme segue:

	R\$
Saldo em 31 de dezembro de 2021	70.192
Juros incorridos	10.902
Amortização de juros	(6.567)
Amortização de principal	(4.153)
Apropriação custos a amortizar	301
Saldo em 31 de dezembro de 2022	<u>70.675</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2022	70.675
Juros incorridos	9.930
Amortização de juros	(6.452)
Amortização de principal	(4.821)
Apropriação custos a amortizar	334
Saldo em 31 de dezembro de 2023	<u>69.666</u>

14. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

As controladas da Companhia captaram um financiamento, com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES, composto, dentre outras fontes, pelos recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT), destinado à implantação do Complexo Eólico Serra das Vacas. Os créditos destinados às controladas tem como data final de amortização 15 de julho de 2032.

O saldo do empréstimo está sendo pago em 192 prestações mensais com vencimento dia 15 de cada mês pelo exercício de 15 de agosto de 2016 a 15 de julho de 2032. O principal é atualizado por Taxa de Juros de Longo Prazo TJLP + 2,45% ao ano e os juros incidentes sobre o exercício de carência do contrato deverá ser acrescido ao seu principal.

Foram dadas, como garantias do referido contrato, ações da Eólica Serra das Vacas Holding S.A.; Ações das empresas Eólica Serra das Vacas I S.A., Eólica Serra das Vacas II S.A., Eólica Serra das Vacas III S.A. e Eólica Serra das Vacas IV S.A.; cessão de direitos creditórios provenientes de contratos de receita e recebíveis futuros das beneficiárias além de máquinas e equipamentos que compõem os parques de geração do Complexo Eólico Serra das Vacas.

As controladas tem como obrigações relevantes cumprimento de prazos para iniciar e executar a operação comercial; apresentação ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES das respectivas licenças de operações; manter-se em situação regular com os órgãos de meio ambiente, CCEE, à ANEEL, ao MME, ao Operador Nacional do Sistema Elétrico ("ONS") e/ou quaisquer outros órgãos e entidades integrantes da Administração Pública Direta ou Indireta; bem como adotar medidas e ações destinadas a evitar ou corrigir danos ao meio ambiente, segurança e medicina do trabalho. Dentre as obrigações das beneficiárias, está a apresentação de demonstrações financeiras auditadas, até 30 de maio de cada ano, referentes ao exercício anterior, durante a vigência do contrato.

A Companhia atua como interveniente nos contratos de empréstimos supracitados e forneceu como garantia, as ações das controladas emitidas em sua titularidade.

Adicionalmente, não há contratos de empréstimos em nome da controladora, somente o contrato de debêntures.

Por fim, note-se que o financiamento em questão prevê cláusula de vencimento antecipado referente ao não atingimento pela Companhia de Índice de Cobertura do Serviço da dívida ("ICSD") de 1,20, calculados sobre as demonstrações financeiras consolidadas do Grupo.

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, a Companhia não atingiu o índice acima determinado, sendo que o índice apurado foi 1,00 e 1,06 respectivamente. Em 09 de maio de 2023, o BNDES dispensou o cumprimento da obrigação do ICSD para o ano de 2022. Para o ano de 2023, a Companhia solicitou ao BNDES um waiver para dispensa do atingimento do referido índice; contudo, até a emissão destas demonstrações financeiras, não fora deferido o pedido de dispensa por parte do BNDES. Dessa forma, a Companhia e suas controladas efetuaram a transferência de todo o saldo da dívida do não circulante para o circulante.

A Companhia manterá os esforços para a formalização da obtenção do waiver em 2024, onde, em cenário positivo, procederá com a reclassificação da dívida novamente para o não circulante.

Para que o ICSD consolidado apurado em 31 de dezembro de 2023 resulte em 1,20, a Companhia deverá efetuar depósito complementar, de forma que o saldo da conta resulte após esse depósito, em um montante de R\$9.206. Em 31 de dezembro de 2022, para que o ICSD consolidado apurado resultasse em 1,20, houve a necessidade de efetuar um depósito complementar em 30 de março de 2023 para que o saldo da conta resultasse em um montante de R\$6.359.

A Companhia deverá manter os recursos depositados na conta de complementação do ICSD até a próxima apuração do índice, a ser realizada no ano imediatamente subsequente. Deste modo, caso no ano imediatamente subsequente, a Companhia apure o ICSD de 1,20, sem considerar os recursos mantidos na conta de complementação do ICSD, o saldo será liberado para movimentação.

	Consolidado	
	2023	2022
BNDES	213.186	227.419
(-) Custo de transação a amortizar	(1.005)	(1.122)
Total	<u>212.181</u>	<u>226.297</u>
Segregado entre:		
Circulante	212.181	226.297
Não circulante	-	-
Total	<u>212.181</u>	<u>226.297</u>

A movimentação do exercício é conforme segue:

	R\$ - mil
Saldo em 31 de dezembro 2021	239.417
Amortização de principal	(14.960)
Amortização de juros	(18.933)
Juros incorridos	20.657
Apropriação de custos de transação	116
Saldo em 31 de dezembro de 2022	<u>226.297</u>
Saldo em 31 de dezembro 2022	226.297
Amortização de principal	(16.394)
Amortização de juros	(17.926)
Juros incorridos	20.087
Apropriação de custos de transação	117
Saldo em 31 de dezembro de 2023	<u>212.181</u>

15. ARRENDAMENTO

As controladas da Companhia possuem contratos de locação de terras. Esses contratos são classificados como arrendamentos, conforme previsto no CPC 06 (R2) e, seus valores mínimos são reajustados anualmente, conforme índices de inflação previstos em contrato.

	Consolidado	
	2023	2022
<u>Contratos com prazo de vigência maior de 12 meses</u>		
Total dos contratos	15.545	16.087
Encargos financeiros futuros	(7.616)	(8.124)
Valor presente dos contratos	<u>7.929</u>	<u>7.963</u>
Circulante	260	218
Não circulante	7.669	7.745
	<u>7.929</u>	<u>7.963</u>

A movimentação do exercício é conforme segue:

Saldo em 31 de dezembro de 2021	7.551
Atualização monetária	609
Apropriação de juros	586
Amortizações de principal e juros	<u>(783)</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2022	<u>7.963</u>
Atualização monetária	188
Apropriação de juros	595
Amortizações de principal e juros	<u>(817)</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2023	<u><u>7.929</u></u>

O direito de uso sobre os contratos firmados está registrado na rubrica de “Imobilizado”, conforme nota explicativa nº 11.

16. OUTROS PASSIVOS

	Consolidado	
	2023	2022
Obrigação contratual (a)	<u>17.781</u>	<u>14.184</u>
Total circulante	17.781	14.184
Obrigação contratual (a)	30.832	23.336
Provisão para desmobilização (b)	<u>13.411</u>	<u>1.516</u>
Total não circulante	44.243	24.852
Total outros passivos	<u><u>62.024</u></u>	<u><u>39.036</u></u>

(a) As controladas da Companhia apuraram déficit de geração anual e quadriênio em seu segundo quadriênio iniciado em 2020 com término em 2023, o saldo do ressarcimento de curto e longo prazo do déficit será liquidado conforme previsto nos Contratos do CCEAR.

(b) Referem-se aos custos a serem incorridos, assim como a obrigação que a Companhia deverá liquidar no futuro, para desmontagem e retirada dos seus ativos nos parques eólicos. A provisão reconhecida pela Companhia reflete a melhor estimativa da Administração e é revisada periodicamente. A contrapartida dessa provisão, está registrada na rubrica de “Imobilizado”, conforme nota explicativa nº 11.

17. PROVISÃO PARA RISCOS

A Companhia, no curso normal de suas atividades, está sujeita a processos judiciais de naturezas tributária, trabalhista e cível. A Administração, com base nas avaliações dos assessores legais, determina a necessidade ou não de constituição de provisão para contingências.

Em 31 de dezembro de 2023, na Controlada Eólica Serra das Vacas II S.A. foi identificado a probabilidade de risco com perda possível para o processo de indenização de danos morais e materiais decorrente dos supostos barulhos ocasionados pela companhia no montante atualizado de R\$314, (R\$248 em 31 de dezembro 2022) até a emissão deste relatório o processo segue aguardando designação de audiência.

Em 31 de dezembro de 2023, na Controlada Eólica Serra das Vacas IV S.A foi identificado a probabilidade de risco com perda possível para o processo de servidão administrativa pela companhia no montante atualizado de R\$44 (R\$30 em 31 de dezembro 2022), até a emissão deste relatório o processo segue aguardando designação de audiência.

18. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

18.1. Capital social

Em 17 de janeiro de 2022, Assembleia Geral Extraordinária deliberou pelo aumento de capital mediante a emissão de 3.000.000 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, integralizadas via aporte efetuado em reais.

Em 31 de janeiro de 2022, Assembleia Geral Extraordinária deliberou pelo aumento de capital mediante a emissão de 2.000.000 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, integralizadas via aporte efetuado em reais.

Em 15 de fevereiro de 2022, Assembleia Geral Extraordinária deliberou pelo aumento de capital mediante a emissão de 4.700.000 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, integralizadas via aporte efetuado em reais.

Em 15 de março de 2022, Assembleia Geral Extraordinária deliberou pelo aumento de capital mediante a emissão de 3.500.000 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, integralizadas via aporte efetuado em reais.

Em 19 de abril de 2022, Assembleia Geral Extraordinária deliberou pelo aumento de capital mediante a emissão de 2.600.000 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, integralizadas via aporte efetuado em reais.

Em 17 de maio de 2022, Assembleia Geral Extraordinária deliberou pelo aumento de capital mediante a emissão de 3.500.000 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, integralizadas via aporte efetuado em reais.

Em 25 de abril de 2023, Assembleia Geral Extraordinária deliberou pelo aumento de capital mediante a emissão de 910.000 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, integralizadas via aporte efetuado em reais.

Em 31 de dezembro de 2023, o capital social subscrito e integralizado é no montante de R\$203.495 (R\$202.585 em 31 de dezembro de 2022) composto por 205.448.518 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, conforme segue:

	Controladora							
	Capital subscrito e integralizado		Quantidade de ações	%	Capital subscrito e integralizado		Quantidade de ações	%
	31/12/2023	31/12/2023			31/12/2022	31.12.2022		
Eólica Serra das Vacas Participações S.A.	203.495	205.448.518	100%	202.585	204.538.518	100%		

18.2. Reserva legal

Constituída com base em 5% do lucro líquido do exercício antes de outras destinações e limitada a 20% do capital social.

18.3. Dividendos

A distribuição de dividendos se dá com base em 25% do lucro líquido do exercício, nos termos do artigo 202 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976.

18.4. Resultado por ação

A tabela a seguir reconcilia o lucro líquido (prejuízo) do exercício aos montantes utilizados para calcular o resultado básico e diluído por ação:

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Prejuízo do exercício	(15.682)	(11.181)
Média ponderada das ações ordinárias em circulação	205.162.288	197.213.586
Prejuízo básico e diluído por ação - R\$	<u>(0,0764)</u>	<u>(0,0605)</u>

19. RECEITA LÍQUIDA

	<u>Consolidado</u>	
	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Suprimento de energia elétrica – ACL e MCP	1.044	732
Suprimento de energia elétrica – CCEAR	80.903	76.285
Déficit da obrigação contratual – CCEAR	(11.733)	(13.201)
Receita Bruta	<u>70.214</u>	<u>63.816</u>
(-) Deduções:		
PIS e COFINS	(2.988)	(2.832)
Taxa de fiscalização da ANEEL	(341)	(309)
Total	<u>(3.329)</u>	<u>(3.141)</u>
Total	<u>66.885</u>	<u>60.675</u>

20. CUSTO DE GERAÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA

	<u>Consolidado</u>	
	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Energia comprada para revenda	(1.110)	(438)
Depreciação e amortização	(25.445)	(23.500)
Despesa com pessoal	(689)	(502)
Serviços de terceiros	(8.209)	(8.258)
Encargos de transmissão, conexão e distribuição	(4.243)	(3.855)
Arrendamentos e aluguéis	(16)	(65)
Material	(1.774)	(2.528)
Outros	(2.202)	(1.426)
Total	<u>(43.688)</u>	<u>(40.572)</u>

21. DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS

	Controladora	
	2023	2022
Serviços de terceiros	(136)	(226)
Total	<u>(136)</u>	<u>(226)</u>
	Consolidado	
	2023	2022
Serviços de terceiros	(963)	(851)
Outras despesas	(12)	(107)
Outras receitas (*)	41	6.676
Total	<u>(934)</u>	<u>5.718</u>

(*) Valores recebidos sobre os sinistros ocorridos no exercício de 2022.

22. RESULTADO FINANCEIRO, LÍQUIDO

	Controladora	
	2023	2022
<u>Receitas financeiras</u>		
Aplicações financeiras	689	368
Total	<u>689</u>	<u>368</u>
<u>Despesas financeiras</u>		
Juros sobre empréstimos, financiamento e debêntures	(9.930)	(10.902)
Comissão e “waiver fee”	(111)	(1.011)
Outras	(446)	(619)
Total	<u>(10.487)</u>	<u>(12.532)</u>
Resultado financeiro, líquido	<u>(9.798)</u>	<u>(12.164)</u>
	Consolidado	
	2023	2022
<u>Receitas financeiras</u>		
Títulos e valores mobiliários	3.655	3.156
Outras	15	112
Total	<u>3.670</u>	<u>3.268</u>
<u>Despesas financeiras</u>		
Juros sobre empréstimos, financiamento e debêntures	(30.017)	(31.559)
Comissão e “waiver fee”	(4.396)	(3.979)
Outras	(3.754)	(2.226)
Total	<u>(38.167)</u>	<u>(37.764)</u>
Resultado financeiro, líquido	<u>(34.497)</u>	<u>(34.496)</u>

23. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

A reconciliação do imposto de renda e da contribuição social correntes, debitados ao resultado do exercício nas demonstrações financeiras consolidadas, está apresentada a seguir:

A reconciliação do imposto de renda e da contribuição social está apresentada a seguir:

	Consolidado			
	2023		2022	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
Suprimento de energia	81.947	81.947	76.850	76.850
Alíquota de presunção	8%	12%	8%	12%
Lucro presumido	6.556	9.834	6.148	9.222
Receitas financeiras	3.670	3.670	3.268	3.268
Outras receitas	-	-	-	-
Base de cálculo	10.226	13.504	9.416	12.490
Alíquota	15%	9%	15%	9%
Subtotal	(1.534)	(1.155)	(1.412)	(1.091)
Adicional de IRPJ	(759)		(754)	
Total	<u>(2.293)</u>	<u>(1.155)</u>	<u>(2.166)</u>	<u>(1.091)</u>
Despesas com IRPJ e CSLL		<u>(3.448)</u>		<u>(3.257)</u>

24. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

A Companhia e suas controladas mantêm operações com instrumentos financeiros não derivativos nas quais os resultados obtidos são consistentes com as expectativas da Administração. A Companhia não possui políticas ou estratégias específicas para gerenciamento dos instrumentos financeiros, visto que a Administração entende que não existe risco significativo de perdas relacionadas a esses instrumentos. A Companhia não efetua aplicações de caráter especulativo em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco.

a) Classificação dos instrumentos financeiros

	Classificação	Controladora	
		2023	2022
ATIVOS			
Caixa e equivalente de caixa	Valor justo por meio do resultado	1	7
Aplicações financeiras vinculadas	Custo amortizado	6.916	3.685
Ações preferenciais resgatáveis em controladas	Custo amortizado	13.829	19.337
Dividendos a receber	Custo amortizado	7.443	9.777
Partes relacionadas	Custo amortizado	10.502	14.400
PASSIVOS			
Debêntures	Custo amortizado	69.666	70.675
Partes relacionadas	Custo amortizado	1.548	-

		Consolidado		
		Classificação	2023	2022
ATIVOS				
Caixa e equivalente de caixa	Valor justo por meio do resultado		686	1.722
Títulos e valores mobiliários	Custo amortizado		4.722	10.349
Contas a receber	Custo amortizado		11.745	9.028
Aplicações financeiras vinculadas	Custo amortizado		22.693	19.294
PASSIVOS				
Fornecedores	Custo amortizado		1.374	408
Empréstimos e financiamentos	Custo amortizado		212.181	226.297
Partes relacionadas	Custo amortizado		689	500
Debêntures	Custo amortizado		69.666	70.675
Arrendamentos	Custo amortizado		7.929	7.963
Outros passivos	Custo amortizado		60.839	39.036

b) Valor justo

Não existem divergências significativas entre os valores de mercado e os valores registrados na contabilidade para os ativos e passivos financeiros.

c) Risco de crédito

Refere-se ao risco de uma contraparte não cumprir suas obrigações contratuais, levando a Companhia a incorrer em perdas financeiras.

As políticas de crédito fixadas pela Administração visam a minimizar eventuais problemas decorrentes da inadimplência de seus clientes.

A Administração, visando a minimizar os riscos de créditos atrelados às instituições financeiras, procura centralizar suas operações em instituição de primeira linha.

d) Risco de liquidez

O risco de liquidez representa a possibilidade de descasamento entre os vencimentos de ativos e passivos, o que pode resultar em incapacidade de cumprir com as obrigações nos prazos estabelecidos.

A política geral da Companhia é manter níveis de liquidez adequados para garantir que possa cumprir com as obrigações presentes e futuras e aproveitar oportunidades comerciais à medida que surgirem.

Adicionalmente, o acionista controlador dará suporte financeiro à Companhia e suas controladas, assim como, são analisados periodicamente mecanismos e ferramentas que permitam captar recursos de forma a reverter posições que poderiam prejudicar nossa liquidez.

e) Risco de mercado

As políticas de gestão de riscos da Companhia incluem, entre outras, o desenvolvimento de estudos e análises econômico-financeiras que avaliam o impacto de diferentes cenários nas posições de mercado e relatórios que monitoram os riscos a que estão sujeitos.

f) Risco de taxas de juros

Decorre da possibilidade de a Companhia sofrer ganhos ou perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros. A Companhia busca diversificar a captação e a aplicação de recursos em termos de taxas pós-fixadas visando à mitigação desse tipo de risco.

g) Análise de sensibilidade

A Companhia e suas controladas, em atendimento ao disposto no item 40 do pronunciamento técnico CPC 40 (R1) - Instrumentos Financeiros: Evidenciação, divulgam quadro demonstrativo de análise de sensibilidade para cada tipo de risco de mercado considerado relevante pela Administração, originado por instrumentos financeiros, compostos por debêntures, empréstimos e financiamentos e caixa e equivalentes de caixa, ao qual a Companhia e suas controladas estão expostas na data de encerramento do exercício.

O cálculo da sensibilidade para o cenário provável foi realizado considerando as taxas/índices vigentes na data das demonstrações financeiras, e ainda outros cenários de deterioração (instrumentos financeiros ativos) ou apreciação (instrumentos financeiros passivos) em 25% e 50% sobre o cenário provável.

Os valores-base para o cenário provável são:

- IPCA - acumulado últimos 12 meses: 4,62%.
- TJLP: 6,55%.

CDI - acumulado últimos 12 meses: 13,04%. Demonstramos, a seguir, os impactos no resultado financeiro da Controladora e do Consolidado, para os cinco cenários estimados para os próximos 12 meses:

Controladora	2023	Índice ao ano	Cenários		
			Provável	(25%)	(50%)
Debêntures	(69.666)	IPCA + 8,5%	(9.140)	(11.425)	(13.170)
Consolidado	2023	Índice ao ano	Cenário		
			Provável	(25%)	(50%)
Debêntures	(69.666)	IPCA + 8,5%	(9.140)	(11.425)	(13.170)
Empréstimos e financiamentos	(212.181)	TJLP+2,45%	(19.096)	(23.870)	(28.644)
Aplicações financeiras vinculadas	22.693	CDI	2.959	3.699	4.439
Títulos e valores mobiliários	4.722	CDI	616	770	924
Total	<u>(254.432)</u>		<u>(24.661)</u>	<u>(30.826)</u>	<u>(36.991)</u>

h) Risco de capitalização

	Consolidado	
	2023	2022
Dívida de empréstimos, financiamentos e debêntures	281.847	296.971
(-) Caixa e equivalentes de caixa, títulos e valor mobiliários, aplicações financeiras vinculadas	(28.101)	(31.366)
Dívida líquida	<u>253.746</u>	<u>265.605</u>
Patrimônio líquido	108.757	123.529
Índice de alavancagem financeira - %	233%	215%

25. COMPROMISSOS

- a) As controladas da Companhia mantem compromisso de cumprimento do contrato de manutenção de seus aerogeradores - O&M, no montante de aproximadamente R\$6.000 ao ano, com vencimento em 2026, ao qual possuem reajuste anual pelo IPCA.

26. SEGUROS

Objeto	Controladora e Consolidado			Segurado
	Importância segurada	Vigência		
		Início	Fim	
Responsabilidade civil geral	10.000	19/12/2023	19/12/2024	Controladora e controladas
Riscos operacionais - Parque eólico das investidas	120.000	19/12/2023	19/12/2024	Controladas

27. TRANSAÇÕES NÃO ENVOLVENDO CAIXA

Em 31 dezembro de 2023 e 2022 a Companhia e suas controladas realizaram as seguintes operações não envolvendo caixa, portanto, não estão refletidas na demonstração dos fluxos de caixa:

	Consolidado	
	2023	2022
Atualização dos contratos /Adoção Inicial – arrendamentos/imobilizado	188	609
Provisão para desmobilização	11.089	-

28. APROVAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DO EXERCÍCIO

As demonstrações financeiras foram aprovadas para emissão pela Administração da Companhia em 4 de abril de 2024.